

ATA DA 477ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Kathya Beja Romero, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. O Presidente iniciou a sessão às 09h42min, encaminhando a ata da 476ª Sessões Ordinárias para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida deu continuidade à sessão, comunicando que, na última segunda-feira, havia sido assinado um termo de parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Administração Penitenciária, visando criar uma força tarefa em favor de pessoas condenadas pelo crime de tráfico privilegiado, pois o crime não é mais considerado hediondo, em razão de uma recente decisão pelo Supremo Tribunal Federal. Pontuou que o órgão fornecerá uma lista com o nome dos presos que farão jus ao indulto, e estimou o benefício a cerca de 5 (cinco) mil presos, mas comentou que o projeto está em fase de desenvolvimento da estrutura e em breve será divulgada a inscrição de Defensores Públicos para exercerem a atividade, que será regulamentada por ato normativo. Comunicou que, na última quarta-feira, havia recebido a visita da Consulesa do Canadá, Sra. Angélica Alvarez, e mencionou que, na oportunidade, a Assessora Criminal, Clarissa Portas, havia participado da visita e conversaram sobre a situação dos presos canadenses na Cidade de São Paulo. Comunicou ainda que, na última sexta-feira, havia sido inaugurada a nova sala do Núcleo de Segunda Instância no Palácio de Justiça, e apontou que na solenidade estiveram presentes o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e o Presidente de diversas seções do Tribunal. Agradeceu o trabalho e empenho da Defensora Pública Amanda Pontes, que diante do término de seu mandato como Coordenadora do Núcleo Especializado, pois retornará à sua unidade de origem. Comunicou também que, nesta última semana, havia sido encaminhado um comunicado a carreira sobre o subsídio oferecido pela Microsoft, dando a possibilidade de aquisição do pacote office pela quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais), exclusivamente por meio eletrônico. Comunicou que, nesta última semana, a 2ª e a 3ª Subdefensoria iniciaram o processo de deslocamento dos cargos de itinerância, que abrangem os cargos de Coordenadores e Auxiliares de Núcleo, Corregedoria e Diretor da Edepe, e comentou que foram identificados alguns impasses, mas que serão oportunamente apresentados ao Conselho Superior, a fim de enfrentarem a questão de maneira transparente e possibilitando a participação dos Defensores Públicos afetados. Comunicou que, na última semana, havia sido realizada uma reunião com a Associação dos Servidores, visando informar as medidas adotadas pela administração superior, no que tange ao pleito de reajuste remuneratório. Relatou que, na oportunidade, foi mencionado que a instituição enfrentava dificuldades de articulação junto ao executivo, pois havia pressão de várias outras carreiras. Informou que o Secretário da Casa Civil, Samuel Moreira, havia mostrado a importância de articulação em razão da tramitação do projeto de lei complementar que trata da ampliação do prazo para pagamento da dívida pública. Reiterou que o cenário atual da instituição é delicado, em razão do orçamento deficitário, mas ressaltou que em meados de setembro deverá ser realizada a complementação orçamentária, de modo que se não houver aporte, será impossível fechar as contas da instituição no ano de 2016. Apontou que, diante do anúncio pela Associação dos Servidores, estava prevista uma paralização para esta sexta-feira, e reiterou que a administração superior recomenda aos Coordenadores das Unidades que, ao lançarem as faltas dos servidores no sistema interno, que o façam sob a rubrica de “falta greve”, a fim de distinguir a falta justificada, frisando que até o presente momento não houve qualquer medida contrária à manifestação. Mostrou preocupação com a manifestação, pois poderá gerar impacto nas relações entre a Defensoria e o Executivo, exatamente neste momento em que se pleiteia a suplementação orçamentária. Comunicou que, nesta sexta-feira, a Defensoria Geral encaminhará a proposta orçamentária de 2017 ao Executivo, bem como ao Governador, diante da aprovação pelo Conselho Superior. Por fim, prestou homenagem à Defensora Kathya Beja, que

esteve à frente da Corregedoria Geral e realizava sua última sessão no Conselho Superior. Enalteceu a trajetória e a capacidade de diálogo no trato com as pessoas, e proferiu a leitura de um discurso antigo, lembrando a opção daqueles que vinham da Procuradoria Geral do Estado à Defensoria Pública, que era uma carreira incerta, mas corajosa a opção feita pela Defensora Kathya Beja, quando faltavam apenas 10 (dez) anos para sua aposentadoria. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Tales Pataias da Unidade Polo Especializado Lapa. Ele mostrou preocupação com a ausência de definição sobre o retorno dos Defensores Públicos que, após a mudança de gestão, voltarão para as suas unidades, e mencionou que seu cargo itinerante acompanhava o do Diretor Assistente da Edepe, assim seu novo local de trabalho seria na Unidade Varas Singulares, na Regional Criminal. Após, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Defensora Helena de Lacerda da Unidade São José dos Campos. Ela compartilhou da mesma dificuldade do Defensor Tales, e informou que atualmente é itinerante da Macrorregião IV, espelho do Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância, que atua na Unidade Júri Pontuou que, embora não fosse possível encontrar uma solução imediata, pediu que o Colegiado analisasse a situação de forma humanizada. Após, o Presidente franqueou a palavra à Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, Defensora Vanessa Alves Vieira. Ela agradeceu a equipe que compõe o Núcleo Especializado, à Primeira Subdefensoria e a Ouvidoria Geral, e sinalizou que seu mandato em breve findaria. Mostrou a importância do fortalecimento dos Núcleos Especializados, e desejou sorte aos sucessores. Por fim, comentou que, nesta sessão, estaria apresentando uma proposta de mudança da nomenclatura do Núcleo Especializado para Núcleo de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial. Após, cumprimentou a atual Corregedora-Geral, Dra. Kathya Beja, e sinalizou que a instituição perderá com a sua ausência, considerando ser um exemplo a ser seguido por todos. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Rafael Follador, Corregedor Auxiliar. Ele acompanhado pela Defensora Pública Simone Lavelle, Defensor Glauber Callegari e a equipe de servidores, prestaram homenagem à Defensora Kathya Beja, sinalizando que sua atuação servia de inspiração. Acompanharam os cumprimentos todos os Conselheiros. Após o Presidente franqueou a palavra à Agente Marilene Alberini, Representando a Associação dos Servidores. Ela manifestou que integrava o grupo de trabalho que trata sobre o assédio moral e relações de poder, e apresentou dados sobre o trabalho desenvolvido, mostrando que o objetivo do grupo é criar uma política institucional de combate ao assédio nas relações de trabalho. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Oficial, Renato Cristiam, Representando a Associação dos Servidores. Ele informou ter recebido a notícia de que servidores do Departamento de Orçamento e Finanças teriam sido impedidos de utilizar coletes relacionado ao movimento por valorização da carreira, e apontou que houve rumores de que a Coordenadoria Geral de Administração também teria orientado aos funcionários a não aderirem à paralisação. Por fim, comentou que a entidade de classe promoveria naquela tarde uma aula pública sobre o direito de greve na praça da sé. Após, o Presidente franqueou a palavra à última inscrita, Érica Meireles, Representando a Associação dos Servidores. Ela mostrou preocupação sobre o lançamento no sistema com a nomenclatura "falta greve", pois considerou que poderia gerar sentimento de intimidação, baseado na ausência de natureza do procedimento. Informou que estava prevista nova paralisação dos servidores no próximo dia 12 (doze) de agosto e consequentemente o início de greve para o próximo dia 15 (quinze) de agosto. Sinalizou que greve é um direito, e citou que outras instituições também estavam aderindo. Lamentou a ausência de posicionamento pelo Governo, e frisou que no mês de agosto os servidores entrarão mais um ano de completa perda inflacionária, estando com renumeração abaixo do valor estipulado pela própria instituição no atendimento aos hipossuficientes. Por fim, prestou homenagem à Corregedora Geral em atuação conjunta com a entidade de classe, no qual presentearam com flores a Dra. Kathya Beja. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Com relação a Coordenação do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, o Presidente agradeceu a Defensora Vanessa Alves e a todos os envolvidos do Núcleo Especializado pela atuação em prol da instituição. No que tange a manifestação dos servidores, mencionou que, na última segunda-feira, havia se reunido com os Representantes da entidade de classe, quanto tomou conhecimento da situação sinalizada sobre os coletes, e informou que havia sido conversado com

as Coordenações para sanar o problema, o que foi prontamente informado à Associação na oportunidade. Nesse sentido, rechaçou a fala do servidor Renato Cristiam sobre o assunto, e ressaltou a importância de manter a horizontalidade do diálogo, contudo, frisou que, na ocasião, havia recebido uma fotografia de servidores dos órgãos citados utilizando coletes, o que demonstra que a situação havia sido resolvida. Esclareceu que a sinalização da nomenclatura no sistema visa diferenciar a ausência de falta justificada ou injustificada, e afirmou que a Defensoria Geral assegura o direito à greve dentro dos regramentos previstos em lei, ou seja, da administração pública, motivo pelo qual a Assessoria Jurídica empreende esforços para que os salários fossem assegurados. Por fim, afirmou que o reajuste salarial dos servidores e a complementação orçamentária são prioridades da Defensoria Geral, buscando esforços para implementar a melhor estratégia para galgar os resultados almejados. Assim, ressaltou que uma divisão interna prejudicaria a negociação, e pretende continuar engajado com o pleito dos servidores, sendo franco e sincero com relação ao cenário percebido. Após, deu continuidade a sessão com as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Lucio Mota elogiou a Coordenação do Núcleo Especializado da Defensoria Pública Vanessa Alves. A Conselheira Kathya Beja agradeceu o carinho e a palavra dita com as homenagens recebidas, estendeu os agradecimentos a toda equipe de Corregedores Assistentes e Auxiliares, especialmente aos servidores e estagiários do órgão. Enalteceu o trabalho dos antigos Corregedores-Gerais, citando o Dr. Carlos Weis e Marcia Garutti, e desejou boas-vindas à nova Corregedora Ana Paula Kayamori. Por fim, prestou agradecimentos aos membros da Comissão de Acompanhamento de Estágios Probatórios e da Comissão Processante Permanente. O Conselheiro Florivaldo Antonio parabenizou Kathya pelo trabalho realizado e teceu considerações sobre a problemática dos cargos itinerantes, e avaliou que o fato se agravará a partir de segunda-feira, em razão do retorno de seus espelhos às unidades, causando desconforto aos itinerantes que estão em situação de indefinição. A Conselheira Fabiana Zapata observou que a situação dos itinerantes é extremamente delicada, e comentou especialmente o caso do Defensor Tales, que estava presente à sessão, pois apontou que o caso não possui substituto ao cargo de Diretor da Edepe, citando o caso do Defensor Gustavo Junqueira. Considerou que, neste caso, seria necessário avaliar se o Diretor da Edepe teria um itinerante para cobertura do seu cargo em relação ao Diretor Assistente, contudo, considerou que o problema será solucionado, ainda que provisoriamente. O Presidente pontuou que a administração busca equacionar o interesse pessoal e o interesse público, mas sinalizou que nem sempre isso ocorre, mencionando que a problemática é vivenciada a cada dois anos, contudo, há dois anos isso não havia sido vivenciado porque tinha coincido com a entrada dos Defensores do VI Concurso Público, permitindo grande mobilidade dos cargos. Nesse sentido, apontou que o Conselho Superior deverá se debruçar sobre a questão, tendo a oportunidade de todos se manifestarem e os Conselheiros decidirem cientes dos apontamentos. O Conselheiro Horácio Xavier avaliou que a situação decorre da inexistência de cargos de Defensores Públicos substitutos, e citou que a Defensoria Pública devesse seguir o método do procedimento realizado na magistratura, visando não prejudicar o atendimento. O Conselheiro Pedro Avellar mostrou a importância da participação de todos na construção conjunta da solução para a problemática, e avaliou que a instituição tenha crescido mais que a sua capacidade. O Conselheiro Alexandre Orsi apontou que a situação dos itinerantes decorre da escassez de Defensores Públicos, havendo sempre alguém desagrado. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que a normativa carece de alteração, e sugeriu que, quando a proposta for apresentada, houvesse um relatório contendo um quadro geral dos afastamentos, visando possibilitar a compreensão e solução da questão. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano defendeu a necessidade de regras claras, de modo que os envolvidos participem da tomada de decisão, e apontou que a problemática reforça a necessidade de convocação dos candidatos aprovados no VII Concurso de Defensor Público. O Conselheiro Julio Tanone se solidarizou com a questão, e avaliou que a curto prazo os problemas serão resolvidos, mas deve ser solucionado em longo prazo. Assim, defendeu o desenvolvimento de um sistema que possa ser utilizado nas próximas trocas de cargos, registrando que espera que o problema não seja enfrentado nas próximas gestões. O Conselheiro Lucio Mota mostrou preocupação com a situação, e externou que deseja construir, no âmbito do Conselho Superior, uma forma de solucionar definitivamente e efetiva para os Defensores Públicos, especialmente aqueles que se manifestaram no momento aberto. A

Conselheira Fabiana Zapata informou que, desde a última segunda-feira, o Defensor Público Vitore Maximiano havia deixado de atuar como Assessor na equipe da Defensoria Geral, e passou a Coordenar o Atendimento Inicial Criminal, visando otimizar os fluxos de trabalho, mas apontou que ele vêm acumulando suas atividades ordinárias perante a Unidade Dipo, em razão da movimentação dos itinerantes. Relatou que havia encontrado dificuldades para processar a pontuação dos Defensores Públicos do nível II para o nível III, em relação ao tempo que foram membros dos Núcleos Especializados, e informou que através da Secretaria do Conselho Superior havia solicitado dados necessários junto ao Departamento de Recursos Humanos para solucionar a questão. O Conselheiro Horácio Xavier relatou que em vários locais os Defensores Públicos não possuem estacionamento no Fórum em que atuam, ou mesmo salas de apoio, e nesse sentido, pediu que a administração superior realizasse articulação junto ao Tribunal de Justiça, de forma institucional. O Conselheiro Florisvaldo Antonio concordou com o exposto, e considerou ser dever da administração agir nesse sentido, pedindo que os Defensores acionem as Subdefensorias competentes para realizar as negociações necessárias junto aos atores do Sistema de Justiça responsáveis. Afirmou terem sido realizadas reuniões com a Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça, visando tratar de salas de apoio nos fóruns em diversas cidades. O Conselheiro Leandro Loss considerou importante que houvesse tratativas com o Judiciário sobre os pedidos em favor das pessoas condenadas por tráfico privilegiado, de modo que houvesse sucesso nos pleitos. O Presidente esclareceu que, no dia de assinatura do termo de cooperação, havia conversado com o Corregedor Geral de Justiça, visando buscar uma recomendação formal aos magistrados para dar celeridade à apreciação dos pedidos. O Ouvidor Alderon Pereira manifestou preocupação em relação ao acompanhamento do atendimento das pessoas beneficiadas com eventuais indultos, e mostrou a importância de discutir o assunto com a Secretaria de Assistência Social, de modo que a Defensoria inicie uma discussão sobre a atuação na área de egressos. Criticou a fala do Conselheiro Leandro Loss que havia comparado a Ouvidoria com a Corregedora Geral, quando cumprimentava à Conselheira Kathya Beja, pois embora os órgãos tivessem atuação distintas, a Ouvidoria também carecia de incremento de servidores, justificando que além do atendimento ao público, enfrentava problemas com a ausência de Subouvidores em algumas unidades. Informou que, nesta semana, esteve na cidade de Tupi Paulista para visitar os presídios locais em atividade conjunta com o Condepe, sendo possível abordar as questões problemáticas observadas com o Juiz do Deecrim, e posteriormente com o Defensor Público Gustavo Picchi, que atua na região. Relatou que, ainda nesta semana, esteve em Brasília para participar do programa governo aberto promovido pela Controladoria Geral da União, visando construir políticas voltadas ao sistema carcerário. Nesse sentido, apontou que houve o consenso de desenvolverem formulários uniformizados para que ensejem dados e futuras atuações, e informou que a proposta será lançada juntamente com outras ações do programa em meados de novembro. Informou que, no próximo sábado, será realizado o “I Encontro Regional de Direitos Humanos” na cidade de Ribeirão Preto, visando promover o fortalecimento das garantias de direitos humanos na região. Apontou que estarão presentes ao evento Defensores da Unidade e Representantes do Condepe, além da equipe da Ouvidoria. Por fim, relatou que a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública havia sido homenageada pelo Conselho Comunitário de Segurança da região do Capão Redondo, e citou que integram o Conselho pessoas do mesmo município que enfrentam problemas comunitários de segurança, e na oportunidade, apontou que disseminou-se a respeito da atuação da Defensoria Pública. O Conselheiro Luiz Eduardo manifestou que as audiências de custódia privilegiam o modelo de assistência judiciária privada, pois citou que o Defensor que realiza essa atividade, quando remunerado, percebe um valor inferior ao que um advogado conveniado recebe, e esse menor quando comparado aos promotores. Sinalizou que o Defensor Público costuma ter uma série de obrigações inerentes a atuação, ao contrário do que o advogado dativo, promotor ou mesmo o magistrado. Contudo, avaliou que a questão é problemática, porém o estado deveria assumir que a defesa técnica gera custos, ainda mais no contexto de expansão das audiências de custódia por todo o estado, nesse sentido, informou que apresentará uma proposta de deliberação para disciplinar a atividade. O Conselheiro Octavio Ginez considerou que a infraestrutura da Defensoria Pública é deficitária se comparada ao do Ministério Público e a Magistratura. O Conselheiro Julio Tanone mostrou ser necessário nomearem novos Defensores Públicos, pois informou que na cidade de São José do

Rio Preto infelizmente os advogados dativos são indicados para demandas, causando constrangimento para a Defensoria local, onde a atuação é completa e eficiente. O Conselheiro Luiz Eduardo Toledo questionou a relatora do concurso de promoção do nível II para o nível III se haveria uma data determinada para a análise dos processos. A Conselheira Fabiana Zapata informou que aguarda a devolutiva do Departamento de Recursos Humanos, e se recebida pretende votar na próxima sessão. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano informou que, nesta semana, estava previsto o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, que visa declarar inconstitucionais alguns dispositivos da Lei Estadual que disciplina o regime de previdência complementar da SP Prevcom, mas apontou que em razão de divergências entre os Desembargadores, o processo havia sido retirado de pauta. Informou que, nesta semana, havia sido entregue ao Movimento Estadual da População em Situação de Rua o material arrecadado durante a campanha do agasalho promovida pela entidade de classe. Informou que a entidade de classe pretende iniciar uma nova campanha para colher material de higiene. Informou que, nessa semana, havia se reunido com o Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, visando convidar o Procurador para a solenidade de posse da nova diretoria da Apadep, prevista para ocorrer no próximo dia 19 (dezenove) de agosto, na Assembleia Legislativa. Informou que, na oportunidade, foi discutida a possibilidade de atuação conjunta no projeto de lei complementar, que trata da renegociação da dívida dos Estados e Distrito Federal com a União e altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sinalizou que o Governo pretende aprovar a norma completamente, gerando preocupação a todos os Servidores Públicos. Por fim, informou que, na próxima terça-feira, será realizado o julgamento da ação coletiva proposta pela Apadep, acerca do pagamento do vale-refeição aos Defensores Públicos no período de férias e outros afastamentos. O Conselheiro Julio Tanone relatou que, em razão da atuação da Defensoria Pública local, sinalizou que houve a inviabilização de uma reintegração de posse na cidade de São José do Rio Preto, no qual desalojaria cerca de cem famílias, conforme prevê o novo código de processo civil. Informou que outra reintegração de posse na cidade havia sido suspensa, após a realização de um acordo, contudo, relatou que acompanha a situação, que atinge mais de cinquenta pessoas em um prédio desocupado da cidade. Apontou que esteve com o Coordenador da Regional de São José do Rio Preto, visando implementar um convênio de assistência jurídica suplementar com uma universidade, na cidade de Monte Aprazível. Mencionou que o convênio tem como objetivo aperfeiçoar o atendimento para fins de regularização fundiária, além de outras atuações. Pontuou que a intenção é substituir gradativamente o convênio com a OAB, primando pela atuação extrajudicial e potencializando os serviços do Cejusc, tendo em vista que a universidade também possui convênio com o Tribunal de Justiça. Com isso, apontou que a iniciativa trará baixo custo para a Defensoria, além de inovadora. Resgatou que, recentemente, havia sido firmada uma parceria entre a Defensoria e uma entidade de São José do Rio Preto, sem repasse de recursos, visando a atuação em demandas na área do consumidor, o qual tem gerado uma economia de cerca de R\$ 30 (trinta) mil reais por mês. Por fim, abordou ser necessário dar retorno as demandas de atendimento individual, de modo planejado, visando estabelecer metas para se alcançar os resultados pretendidos. Após as manifestações dos Conselheiros, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação aos indultos, o Presidente concordou com a fala do Ouvidor, e lembrou que o trabalho assistencial deveria ser realizado pelo CREAS, contudo, avaliou ser possível a Defensoria idealizar um roteiro sobre o acompanhamento do preso solto, bem como a Assessoria Técnica Psicossocial ser envolvida na capacitação do Centro de Atendimento Multidisciplinar, a fim de desenvolver uma rede mais adequada. Com relação as audiências de custódia, o Presidente informou que, no âmbito da Defensoria Geral, constantemente há reuniões das Subdefensorias, DAP e Assessoria Criminal, a fim de reformular a atividade. Ressaltou que os advogados dativos somente desempenham a atividade quando a Defensoria não têm condições de assumir o trabalho, e pontuou que a sistemática de pagamento está sendo analisada. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Coordenador de Tecnologia da Informação, que esteve presente à sessão, visando prestar esclarecimentos aos Conselheiros sobre dúvidas relacionadas à área. Após os esclarecimentos prestados sobre o sistema operacional, velocidade da internet, sistema e-Saj, Defensoria Online, SIVEC, o Presidente agradeceu a disponibilidade e clareza das informações. Posteriormente, o Presidente encaminhou para deliberação o agendamento de sessão extraordinária para julgamento de

processo administrativo disciplinar distribuído à relatoria da Conselheira Fabiana Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, designar o dia 11 de agosto de 2016, às 14h para julgamento do processo CGDP PAD nº 001/16. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou os Conselheiros sobre a inversão e a exceção de processos, o qual foi deliberado a seguinte ordem: **CSDP nº 456/16 (Excetuaado a pauta)**. Interessados: Luiz Carlos Favero Junior, Rafaela Comunale Aleixo e Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Remoção por permuta (03ª DP da Unidade Tupã, 04ª DP da Unidade Barretos e 11ª DP da Unidade Presidente Prudente). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de manifestações, e caso haja interesse, julgar prejudicada a tripla permuta. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi levantou a dúvida sobre a forma de comunicado a ser encaminhado, pois entendeu que devesse ser realizado um comunicado simultâneo, e mostrou a importância de constar dois comunicados a serem enviados, e comentou que o primeiro deveria constar expressamente a manifestação, apenas, das Unidades de Tupã e Barretos, e no outro a manifestação somente das Unidades Presidente Prudente e Tupã. Ainda assim, sugeriu que houvesse uma proposta de alteração da normativa, visando a regulamentação da deliberação vigente, no prazo de trinta dias. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou o entendimento. O Conselheiro Leandro Loss informou que apresentaria o comunicado oportunamente, devendo os autos retornarem a sua relatoria para análise das manifestações, se houver. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a ser publicado oportunamente. CSDP nº 458/16. Interessados: Mariana Pagano Gil e Juliana Toyoshima Bueno. Assunto: Remoção por permuta (02ª DP da Unidade Piracicaba e 07ª DP da Unidade Ribeirão Preto). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a permuta das interessadas, e com relação a impugnação da Defensora Vanessa Pizarro, votou pelo não acolhimento da impugnação, na preliminar, pela falta de legitimidade da interessada e no mérito por ausência de irregularidade no procedimento adotado. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou o voto do relator, e abordou sobre a argumentação dos vícios do ato jurídico. O Conselheiro Horacio Xavier acrescentou que, diante da ausência de vício do ato jurídico, não vislumbrava um ato simulado comprovado. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o prazo de manifestações, deferir a permuta entre as interessadas, e rejeitar a impugnação da Defensora Pública Vanessa Pizarro Riguete Corrêa. CSDP nº 242/16. Interessada: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator manifestou pelo deferimento do relatório apresentado, e consequentemente a autorização para continuidade do curso pleiteado nos autos CSDP nº 455/16, e apontou que em seu entendimento os autos devessem andarem conjuntamente. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o relatório apresentado, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 455/16. Interessada: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de 04 de agosto a 25 de novembro de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, às quintas e sextas-feiras, alternadamente, e também a necessidade de apresentação de relatório, conforme a deliberação vigente. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial da interessada, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 249/16. Interessada: Andrea Saraiva de Barros. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de 01 de março a 30 de junho de 2016. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator manifestou pelo deferimento do relatório apresentado, e consequentemente a autorização para continuidade do curso pleiteado nos autos CSDP nº 450/16,

e acrescentou que compartilha do entendimento do Conselheiro Luiz Eduardo em que os autos também devessem andar conjuntamente. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o relatório apresentado, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 450/16. Interessada: Andrea Saraiva de Barros. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de 08 de agosto a 17 de dezembro de 2016. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o pedido, sinalizando uma peculiaridade, a qual solicita o afastamento para dois dias por semana, sendo meio período, e se somados não ultrapassarão 01 dia por semana. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi manifestou que, tendo em vista que o pedido não ferirá a limitação prevista, entendeu que a interessada deveria encaminhar o pedido à Corregedoria, nos termos da deliberação CSDP 102. A Conselheira Kathya Beja comentou que há diferentes tipos de cursos, tendo cada um uma peculiaridade, e citou que cursos que necessitem o afastamento parcial com carga inferior a cinco horas, o interessado deverá solicitar à Corregedoria-Geral. O Conselheiro Horácio Xavier comentou o precedente em que havia sido relator de um afastamento parcial, e nesse sentido, apontou que havia remetido os autos para que houvesse a autorização no âmbito da Corregedoria. Assim, encaminhou pelo não conhecimento do pedido, encaminhando-se os autos à Corregedoria para providências pertinentes. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto vista. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto, indeferir o afastamento da interessada, encaminhando-se cópia dos autos à Corregedoria-Geral para providências pertinentes. Vencidos os Conselheiros Octavio Ginez de Almeida Bueno, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Leandro de Col Loss, Pedro Antonio de Avellar, que votavam pelo deferimento do pedido. CSDP nº 445/16. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a continuidade do afastamento do interessado pelo período de 6 meses, devendo o interessado renovar o pedido, se necessário. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial do interessado, no período de 02 de agosto a 06 de dezembro de 2016, devendo o pedido ser renovado nos períodos subsequentes, e apresentar relatório trimestral, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. Consigna-se que o Representante da Apadep, Leonardo Scofano, pediu a inversão da ordem do dia para julgamento do processo CSDP nº 435/16, justificando que o relator estará ausente nas próximas sessões, em razão de licença médica, e pediu a leitura ao menos do voto do relator. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, vencidos os Conselheiros Pedro Avellar e Fabiana Zapata. O Presidente mostrou a importância de que a inversão da ordem do dia devesse ser devido a urgência. Após as discussões, o Presidente chamou para discussão os autos: CSDP nº 435/16. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a proposta encaminhada, acrescentando sugestão de conceder a licença-paternidade, pelo período de 15 dias, tanto em favor dos Defensores Públicos, quanto dos Servidores, através de deliberação do Conselho Superior. Após, o Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Fabiana Zapata pediu vista dos autos. Assim, foi concedida. Vista concedida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 420/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores, membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no seguinte sentido: a) indeferir a inscrição do Defensor Público Danilo Mendes, em razão da intempestividade do envio de e-mail institucional; b) Núcleo de Situação Carcerária (05 vagas). Apontou que foram recebidas 03 (três) inscrições válidas que se amoldam à hipótese prevista no art. 4º, alínea "a" da

Del. CSDP 84/2008, de modo que eles ficam automaticamente indicados para participar como membros deste Núcleo: Dra. Cristina Victor Garcia; Dr. Flavio de Almeida Pontinha e Dr. Vinicius da Paz Leite. Em seguida, definidos os membros, apontou que restaram 02 (duas) vagas a serem preenchidas por colaboradores, de modo que para esta opção foram 06 (seis) inscritos com primeira ou única opção. Neste caso específico, relatou que assume relevo a regra contida no art. 4º, alínea "b" da Del. CSDP 84/2008, isto porque, um dos candidatos não possui atuação na área, qual seja, a Dra. Ana Carolina Cintra Franco. Apontou que os demais inscritos possuem atuação na área de atuação do Núcleo. Nesse sentido, considerou que superada esta hipótese, para preenchimento das 02 (duas) vagas restantes, se fez a avaliação dos currículos apresentados, conforme disposto na alínea "c" do mesmo dispositivo normativo acima citado. Assim, considerando esta hipótese, indicou os seguintes Defensores: Dr. Thiago Pedro Pagliuca Santos, que tem ótima formação acadêmica, membro editorial de revista relacionado ao tema, publicações relacionadas ao tema e Colaborador do respectivo Núcleo; Dr. Diego Rezende Polachini, que tem ótima formação acadêmica, palestrante no Conselho nacional de Política Criminal e Penitenciária além de realizar visitas regulares a presos provisórios. Informou que os demais Defensores inscritos apresentam currículos que se assemelham e dificultam uma escolha mais precisa em termos objetivos, o que nos leva a escolha dos suplentes considerando o critério do artigo 4º, §1º, da supracitada Deliberação. Desse modo, indicou que os demais inscritos para compor a lista de suplência na seguinte ordem: Dra. Fernanda da Costa Teixeira, Dr. Thomaz Fiterman Tedesco, Dra. Carolina Gurgel Lobo e, por força do disposto no art. 4º, alínea "b" da Del. CSDP 84/2008, Dra. Ana Carolina Cintra Franco. c) Núcleo de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Relatou que foi recebida uma inscrição válida que se amolda à hipótese prevista no art. 4º, alínea "a" da Del. CSDP 84/2008, sendo considerada prejudicada pela opção do interessado, que manifestou preferência por outro núcleo. Assim, apontou que a vaga remanescente deverá ser preenchida por colaborador. Relatou que houve um total de 04 (quatro) inscritos, nessa modalidade, sendo que dois deles foram classificados em outros Núcleos. Considerou que após a análise e classificação de candidatos com escolhas múltiplas o número de inscritos como colaborador é maior que o número de vagas, tornando necessária a utilização dos critérios de desempate. Considerou ainda a área de atuação e os currículos, tendo que não há segurança para uma escolha pautada na objetividade. Por isso, informou que o critério de escolha se deu pela antiguidade, nos termos do artigo 4º, §1º, da supracitada Deliberação, ficando indicado o Dr. Elthon Siecola Kersul, (551º). E, indicou para a suplência a Dra. Carolina Costa Fiaes Bicalho. d) Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (05 vagas). Informou que foi recebida uma inscrição válida que se amolda à hipótese prevista no art. 4º, alínea "a" da Del. CSDP 84/2008, não sendo indicado, pois prejudicada pela opção do interessado, que manifestou preferência por outro núcleo. Relatou que, superada a indicação de membros deste Núcleo Especializado, verifica-se que restaram as 05 vagas a serem preenchidas por candidatos a colaboradores. Portanto, após a análise e classificação de candidatos com escolhas múltiplas, resta como único interessado o Dr. João Paulo Bonatelli, o qual votou pela indicação deste para uma das vagas de colaborador remanescentes. Após, o Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os seguintes integrantes dos Núcleos Especializados: a) Núcleo de Situação Carcerária. Membros: Cristina Victor Garcia; Flavio de Almeida Pontinha Vinicius da Paz Leite. Colaborador: Thiago Pedro Pagliuca Santos; Diego Rezende Polachini. Suplentes: Fernanda da Costa Teixeira; Thomaz Fiterman Tedesco; Carolina Gurgel Lobo; Ana Carolina Cintra Franco. b) Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Colaborador: Elthon Siecola Kersul. Suplente: Carolina Costa Fiaes Bicalho. c) Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Colaborador: João Paulo Bonatelli. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 14h52min, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Florentino Junior. O

Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessadas: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (Que regulamenta a realização de atividade docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da pratica social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU,

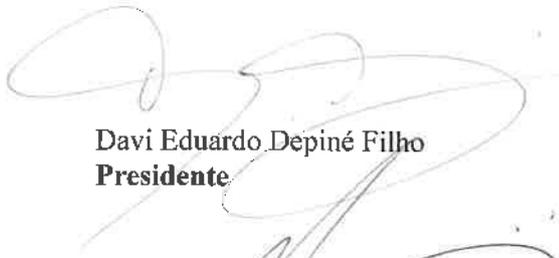
por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP

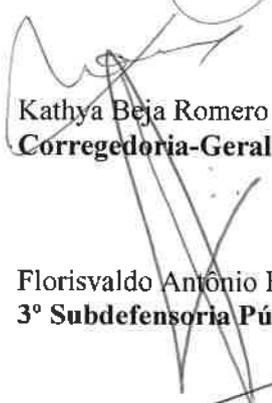
nº 613/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos de Defensores Públicos, derivada de estudos e análises com vistas à expansão institucional. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 010/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2016. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. Revisor: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. Nº do processo - Interessado (a). 016/16 - Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. 017/16 - Paula Barbosa Cardoso. 018/16 - Rodrigo Serra Pereira. 021/16 - Simone de Oliveira Domingues Ladeira Alcantara. 022/16 - Rene Robson Falcão de Moraes. 023/16 - Matheus Bortoletto Raddi. 024/16 - Fabricio Pereira Quintanilha. 025/16 - Fernanda Chammas Agostinho Gomes. 027/16 - Marcia Rossi Coraini. 028/16 - Talitha D' Aquino Tavano Carvalho. 029/16 - Diogo Cesar Perino. 030/16 - Eloisa Maximiano Goto. 031/16 - Rodrigo Emiliano Ferreira. 032/16 - Rodrigo de Almeida Castro. 033/16 - Luiza Ferreira Coelho. 036/16 - Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 039/16 - Denise Melo Salazar. 040/16 - Alex Gomes Seixas. 043/16 - Bruno Bortolucci Baghim. 044/16 - Lucas Pampana Basoli. 045/16 - David Jose Vicente Martins. 046/16 - Maria Beatriz de Alcantara Sá. 051/16 - Ana Carolina de Paula Machado. 053/16 - Julio Grostein. 056/16 - Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. 057/16 - Vivian Mantic Correia. 059/16 - Renata Simões Stabile Bucceroni. 060/16 - Aline Tarrazo Fehlow. 061/16 - Beatriz Sutti Ferreira. 063/16 - Patrick Lemos Cacicedo. 073/16 - Taissa Nunes Vieira Pinheiro. 076/16 - Luis Guilherme Pereira Delledono. 078/16 - Amanda Cavalcante Fervença. 080/16 - Andre Vicentini Gazal. 081/16 - Luciano Castrequini Bufulin. 082/16 - Alessandro Valerio Follador. 083/16 - Mariana Salomão Carrara. 085/16 - Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. 086/16 - Lilian Rodrigues Mano. 087/16 - Bruno Girade Parise. 089/16 - Marcos Henrique Caetano do Nascimento. 090/16 - Saulo Dutra de Oliveira. 091/16 - Wladimir Alves Bitencourt. 094/16 - Fernanda Caccavali Macedo. 097/16 - Matheus Assad João. 098/16 - Ana Paula de Souza Campos. 103/16 - Tamara de Padua Capuano. 106/16 - Carlos Eduardo Afonso Rodrigues. 109/16 - Ana Carolina Souza Reis Braga. 110/16 - Mariana Zakia Cavalcanti. 113/16 - Juliana Maria Callegari Davansso. 114/16 - Alandeson de Jesus Vidal. 118/16 - Silvia Pontes Figueiredo. 119/16 - Marcia Harumi Kobuti. 120/16 - Marina Costa Craveiro Peixoto. 121/16 - Roberta Marques Benazzi Villaverde. 124/16 - Rafael Folador Strano. 125/16 - Cristina Victor Garcia. 131/16 - Renata Klimke. 132/16 - Rafael Galati Sabio. 134/16 - Douglas Tadashi Magami. 135/16 - Ana Helena Aiba Aguemí. 136/16 - Rafael Moraes Português de Souza. 137/16 - Mike Luiz Sella da Costa. 139/16 - Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 140/16 - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 143/16 - Renata Klimke. 153/16 - Antonio Machado Neto. 154/16 - Danilo Mendes Silva de Oliveira. 155/16 - Luiz Eduardo Kawano Dias. 156/16 - Ricardo Augusto Wiziak Zago. 157/16 - Lais Rabello Zaros. 158/16 - Marcelli Penedo Delgado Gomes. 159/16 - Juliana Spuri Bernardi. 160/16 - Bruno Cesar da Silva. 161/16 - Ariane Carolino de Padua Paschoal. 162/16 - Mariana Costa de Paiva Bazo. 163/16 - Roberta Prestes Abissamra. 164/16 - Viviane Remondes Caruso. 165/16 - Giuliano D' Andrea. 166/16 - Catia Maria Brolazo. 167/16 - Paulo Andre Costa Carvalho Matos. 168/16 - Renata Oliva Monteiro Matos. 170/16 - Priscilla Batista Bastos. 171/16 - Thaluane Fonseca. 172/16 - Tatiana Semensatto de Lima Costa. 173/16 - Lia Ruiz Lourenço. 176/16 - Rosely Galvão Mota Chaves. 177/16 - Rodrigo Cesar Jeronymo. 179/16 - Fabio Jacyntho Sorge. 180/16 - Rodolfo Marques da Silva. 181/16 - Giovana Devito dos Santos Rota. 182/16 - Pietro da Silva Estabile. 183/16 - Fabricio Bueno Viana. 184/16 - Rafael Soares da Silva Vieira. 186/16 - Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos Bressane. 187/16 - José Rodolfo Stutz Cunha. 191/16 - Juliana Pascutti Ferreira de Oliveira. 192/16 - Jamal Chokr. 193/16 - Daniel

Guimarães Zveibil. 194/16 - Luiz Antonio Silva Bressane. 195/16 - Guilherme Augusto Campos Bedin. 196/16 - Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim. 197/16 - Ricardo Fagundes Gouvea. 198/16 - Paula Hungria Aagaard. 199/16 - Flavia Quintaes Louvain. 200/16 - Amanda Ruiz Babadopulos. 201/16 - Rodrigo Vidal Nitrini. 202/16 - Cristina Son. 203/16 - Isabela Veloso Monreal. 204/16 - Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 205/16 - Bernardo Faeda e Silva. 206/16 - Juliana do Val Ribeiro. 207/16 - Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. 208/16 - Karina Santos Salvador. 209/16 - Debora Helena Daher Montes Forlin. 216/16 - Andre Eugenio Marcondes. 218/16 - Luciano Pereira de Andrade. 219/16 - Arthur Soares Pinto Moser. 220/16 - Joao Guilherme Ponzoni Marcondes. 222/16 - Leandro de Castro Gomes. 223/16 - Monica Godano Schlodtmann. 225/16 - Caio Jesus Granduque Jose. 226/16 - Thiago Santos de Souza. 227/16 - Paula Vieira Salles. 230/16 - Andrea da Silva Lima. 236/16 - Camila Paronetti Silva. 237/16 - Rodrigo Tadeu Bedoni. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 075/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 239/16. Interessada: Patricia Malite Imperato. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido

pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessados: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 431/16. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Araçatuba / Para: Município de Bauru). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relator: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 452/16. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2015 a março de 2016). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 453/16. Interessado: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas no período de 20 de julho de 2015 a 31 de maio de 2016, junto a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 457/16. Interessados: Helena de Lacerda Rodrigues Lage e Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto: Remoção por permuta (01ª DP da Macrorregião 4 e 03ª DP da Unidade Jacareí). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessados: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 032/14. Interessado/a: Daniel Durvault Róitberg. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CGDP CAEP nº 064/14. Interessado/a: Leonardo Biagioni de Lima. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 068/14. Interessado/a: Leticia Marques de Avelar. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 008/14. Interessado/a: Daniela Franco Lara. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 089/14. Interessado/a: Rafaela Comunale Aleixo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. CGDP CAEP nº 029/14. Interessado/a: Carolina Costa Fiaes Bicalho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. CGDP CAEP nº 007/14. Interessado/a: Luis Felipe Dias. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. CGDP CAEP nº 102/14. Interessado/a: Victor Luiz Oliveira da Paz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 115/14.

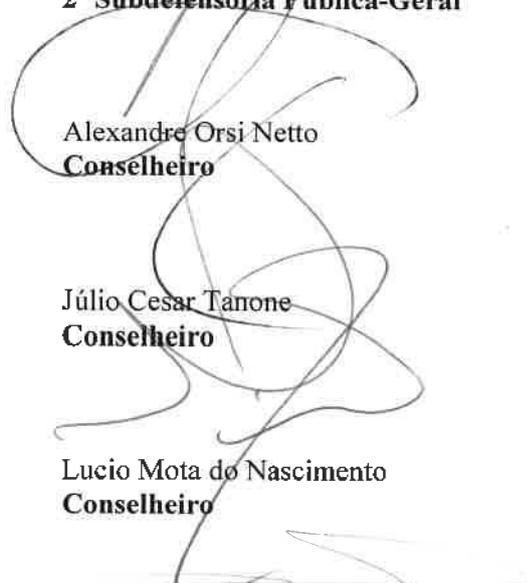
Interessado/a: Joao Felipe Belem de Gouveia Reis. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 028/14. Interessado/a: Carlos Roberto Isa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 069/14. Interessado/a: Liane Silveira Moreira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 077/14. Interessado/a: Mariana Teixeira Zequini. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 079/14. Interessado/a: Natalia Nissia Nogueira Seco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 093/14. Interessado/a: Renata Moura Gonçalves. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 099/14. Interessado/a: Tadeu Jose Migoto Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 106/14. Interessado/a: Wlamyr Gusmão Junior. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 111/14. Interessado/a: Felipe de Castro Busnello. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. CGDP CAEP nº 103/14. Interessado/a: Vinicius Conceição Silva Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. CGDP CAEP nº 021/14. Interessado/a: Arianne Kwon Ieri. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 14h52min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de 2016.

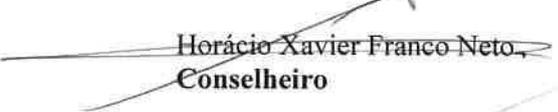

Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

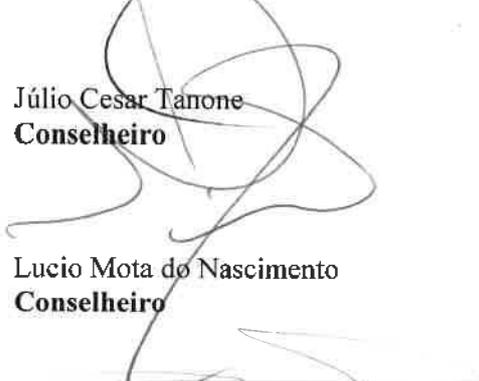

Kathya Beja Romero
Corregedoria-Geral


Fabiana Botelho Zapata
2º Subdefensoria Pública-Geral


Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral

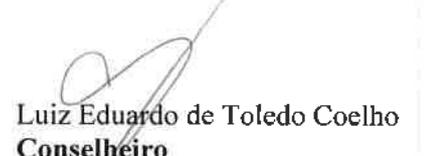

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro


Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro

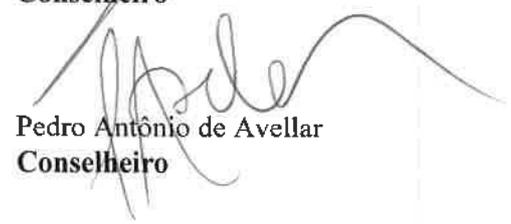

Júlio Cesar Tanone
Conselheiro


Leandro de Col Loss
Conselheiro


Lucio Mota do Nascimento
Conselheiro


Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro


Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro


Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep



Alderón Pereira da Costa
Ouvidor-Geral